

**ATA**

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no Salão Paroquial Paulo VI, na Vila de Ponte, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, atuaria a jovem fadista Soraia Martins, acompanhada pelos músicos Francisco Malheiro e Paulo Rocha. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu a presença na sessão, enaltecendo a prestação de Soraia Martins e dos músicos Francisco Malheiro e Paulo Rocha, declarando aberta a reunião e convidando o Presidente da Junta da Freguesia de Ponte a usar da palavra. Assim, o **Presidente da Junta de Freguesia de Ponte** saudou o Presidente da Câmara e os Vereadores e felicitando, em especial, a Vereadora Paula Oliveira pelo seu aniversário no dia de hoje, oferecendo-lhe um ramo de flores, gesto que repetiu com o Presidente da Câmara e restantes Vereadores. De seguida, elogiou esta iniciativa de descentralização das reuniões de Câmara, saudando o Presidente

da Câmara pela sua realização. A propósito, referiu uma medida recente da Junta de Freguesia de Ponte no âmbito da descentralização administrativa com a abertura, no dia 15 de novembro de 2014, do balcão de atendimento da Junta de Freguesia, no edifício da extinta EB1 de Campelos. Continuou, referindo que Ponte está no topo da Vilas do concelho de Guimarães, quer ao nível de território, quer ao nível do número de habitantes. Disse, ainda, que esta é uma Vila com uma componente industrial muito importante, apontando como exemplos o Parque Industrial de Ponte, a zona industrial do Paço, a zona industrial da Rua da Indústria e as empresas localizadas na zona de Campelos tal como a TMG -Tecidos Plastificados e Outros Revestimentos p/ a Indústria Automóvel SA. Mencionou a excelência dos Parques de Lazer de Ponte e o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal nesta área. De seguida, disse ter abraçado, desde a sua tomada de posse, o projeto da Loja Social de Ponte, que tem contribuído para minorar muitas carências de habitantes de Ponte e para o qual contribuem os membros do executivo e da Assembleia de Freguesia eleitos pela Coligação Juntos Por Guimarães, com a entrega da compensação que lhes é devida pelo exercício de cargo autárquico ou pela presença nas sessões da Assembleia de Freguesia de Ponte. Recordou uma reunião realizada no dia 6 de dezembro de 2013 em que o Presidente da Câmara terá elencado as obras previstas para a Vila de Ponte, designadamente: requalificação da Ponte de Campelos e execução de Passagem Pedonal; requalificação do Centro Cívico e alargamento da Rua Reitor Francisco José Ribeiro; Avenida de Tojais/Igreja; rotunda no acesso do Parque Industrial à EN 101 e acesso ao Centro Escolar de Ponte. Disse que a relação



institucional da Junta de Freguesia de Ponte com a Câmara Municipal tem sido excepcional, aguardando a execução de vários projetos nos próximos tempos que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da população de Ponte. Lembrou a inauguração, na tarde de hoje, da obra de requalificação da Ponte de Campelos e execução de Passagem Pedonal, bem como do Espaço Cidadão instalado na sede da Junta de Freguesia, convidando todos a estarem presentes. Finalizou, congratulando-se com os investimentos feitos na Vila de Ponte expressando a sintonia que tem conseguido com o Presidente da Câmara com a oferta de uma obra de arte assinada pelos jovens Octávio e Maria. -----

O **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras e o ato do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte e, de seguida, cumprimentou o Presidente da Junta de Freguesia de Ponte, Dr. Sérgio Castro Rocha, e demais membros do órgão executivo, o Presidente da Assembleia de Freguesia de Ponte, Dr. Hermenegildo Encarnação, e demais membros da Assembleia de Freguesia, o Presidente da União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, Bruno Oliveira, a Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia, Natália Fernandes, o Presidente da Assembleia de Freguesia de Fermentões, Dr. Manuel Salgado, o Padre José Agostinho Ribeiro, na qualidade de Pároco, juntamente com o Padre Manuel Faria, mas também como Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, o Direto do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, Prof. Artur Monteiro, o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, Dr. Armindo Costa e Silva, o Diretor Executivo da VITRUS, Daniel Pinto, o Presidente da Direção da ARCAP, Alberto Vieira; o Chefe do Agrupamento

N.º 307 do CNE de Ponte, Francisco Freitas, O Presidente da Direção do Centro Popular dos Trabalhadores de Ponte, José António, o Presidente da Direção do Clube Operário de Campelos, José Fonseca Pimenta, o representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, Clara Barros, o representante do Grupo Coral de Ponte, José Freitas, o Presidente do Grupo Coral Cappela Jubilemus de Ponte, Manuel Antunes, a representante do Grupo Coral Litúrgico da Capela de S. José, Margarida da Silva Carneiro, a Diretora Artística do Grupo de Pequenos Cantores "O Percursor", Mariana Silva, a Presidente da Direção da Associação de Pais e Amigos do Centro Escolar de Ponte, Paula Mendes, o Presidente da Direção do Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos, Paulo Teixeira, a representante do Mini Coral de Ponte, Teresa Silva, os alunos do 8.º ano da Escola EB 2, 3 Arqueólogo Mário Cardoso, a Professora da Escola EB 2, 3 Arqueólogo Mário Cardoso, Ana Cristina Nave, a equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães e todos os Pontenses. Fez um Agradecimento especial à Fábrica da Igreja de S. João de Ponte, nas pessoas dos senhores Padres Manuel Faria e José Agostinho Ribeiro, pela cedência das instalações do Salão Paroquial Paulo VI para a realização desta reunião. Disse, ainda, que se considerassem todos os presentes saudados, caso tivesse omitido, alguém. -----

O **Presidente da Câmara** informou que o Diretor do Departamento de Obras Municipais, Eng.º Joaquim Carvalho, iria explicar a intervenção que está prevista realizar no Centro Cívico de Ponte (reperfilamento da rua Reitor Joaquim Maciel Ribeiro Torres, arranjo urbanístico da Praça da Igreja e parque de estacionamento de apoio ao Centro Cívico), bem como das



acessibilidades ao Centro Escolar de Ponte e reorganização de estacionamento e passeios na envolvência da EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso. Informou, também, estarem a ser iniciados estudos relativamente à possibilidade de execução da Avenida de Tojais, que permitirá a ligação da EN 101 ao Largo da Igreja. --- Na sequência, e excecionalmente neste ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Câmara deu a palavra aos alunos do 8.º ano da Escola EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso que pretendessem intervir, considerando que, por motivos escolares, teriam que se ausentar da reunião dentro de momentos. Assim, a Professora Ana Cristina Nave passou a palavra às alunas **Sofia, Francisca e Jerusa**, que deixaram pedidos ao Presidente da Câmara tendo em vista a melhoria das condições existentes na Escola EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, designadamente a requalificação do telhado do pavilhão gimnodesportivo, a colocação de cacifos, a pintura interior e exterior, a plantação de árvores e mais coberturas de recreio. De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra ao **Diretor do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso** que disse sentir-se orgulhoso pela postura dos alunos e pelo seu espírito reivindicativo que demonstra uma faceta de ação e intervenção cívica. Saudou o Presidente da Câmara e demais executivo, bem como todos os presentes, referindo que esta reunião descentralizada revela a assertividade e a abertura do executivo camarário, dizendo sentir-se muito emocionado por esta iniciativa trazer uma mais-valia para Ponte e muito particularmente para os alunos. O Presidente da Câmara dirigiu-se aos intervenientes, agradecendo as suas intervenções, dizendo que considerava as reivindicações justas pelo que iria ser estudada a melhor forma de as executar. Pediu, contudo,

que os alunos estivessem com o projeto Guimarães Mais Verde, explicando a sua importância para o concelho. -----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos Vereadores que manifestaram a intenção de intervir: -----

**1 - Vereador André Coelho Lima** - Cumprimentou o Presidente da Câmara e restantes Vereadores, o Padre José Agostinho Ribeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Ponte e restantes membros do executivo presentes, o Presidente da Assembleia de Freguesia de Ponte e restantes membros presentes, o Presidente da União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, a Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia, o Presidente da União de Freguesias de Sande S. Lourenço e Balazar, o Presidente da Assembleia de Freguesia de Fermentões, o Diretor do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, o Chefe do Agrupamento N.º 307 do Corpo Nacional de Escutas, o Presidente da Direção do Clube Operário de Campelos, o Presidente da Direção do Clube Desportivo de Ponte, o representante do Grupo Coral de Ponte, o Presidente do Grupo Coral Cappela Jubilemus de Ponte, a representante do Grupo Coral Litúrgico da Capela de S. José e todos os presentes. Disse, ainda, que se considerassem todos os presentes saudados, caso tivesse omitido alguém. Fez uma breve reflexão em torno da Vila de Ponte, o maior aglomerado urbano fora do concelho e a 4.ª maior freguesia de Guimarães com cerca de 7.000 habitantes. Disse que esta Vila é cercada pela história e pelo desenvolvimento urbano em torno dela própria: de um lado a cidade e do outro lado a Vila das Taipas com a sua afirmação histórica e urbana. Continuou, referindo a ausência de um planeamento urbanístico adequado ao de uma Vila como a de Ponte e também de um sentido de pertença que



tem sido trabalhado particularmente pelo atual executivo da Junta de Freguesia de Ponte. Sendo Ponte um dos maiores centros industriais, disse merecer uma atenção especial, afirmando haver consonância entre as diversas forças políticas na necessidade de se fazer justiça a esta Vila. Acrescentou ser justo que se faça um reconhecimento da especial abertura do Presidente da Câmara para a execução de reivindicações da população de há muitos anos, na medida em que as ambições possam ser executadas. Terminou, referindo que a requalificação do Centro Cívico de Ponte constitui uma obra primordial para permitir solucionar um Centro Cívico que não é digno da Vila de Ponte. No que respeita à Avenida Tojais/Igreja lembrou a defesa desta obra em período pré-eleitoral, dizendo ter ficado satisfeito por haver uma abertura da Câmara Municipal para a sua execução, num exemplo prático da importância que também pode ter a oposição política. -----

**2 - Vereador José Torcato Ribeiro** - Cumprimentou o Presidente da Câmara e restantes Vereadores, bem como todos os presentes. Disse ser com agrado que vê a comunidade de Ponte e vizinha de Ponte nesta sala, numa iniciativa positiva deste executivo, que tem trazido frutos para as comunidades visitadas. Cumprimentou especialmente o Presidente da Junta de Freguesia de Ponte. Disse que Ponte é uma freguesia com a particularidade de ser banhada pelo Rio Ave e que fará parte dos objetivos da Câmara Municipal de Guimarães, no âmbito da candidatura a Guimarães Capital Verde Europeia. Disse não concordar com a excecionalidade referida pelo Presidente da Junta de Freguesia no tratamento que lhe é dado pela Câmara Municipal de Guimarães, dizendo que o excepcional não é a melhor forma de fazer política. Sobre a apresentação do projeto

relativo à requalificação do Centro Cívico de Ponte disse que já deveria contemplar a execução da Avenida de Tojais, parecendo-lhe que a sua execução não passará, para já, de uma intenção. Disse não lhe parecer ser compatível com a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia que o tratamento de águas residuais não tenha tido o tratamento que deveria ter, referindo falta de saneamento de alguma zonas da Vila, habitações com bombas a fazer o transbordo de águas residuais para águas pluviais e linhas de águas contaminadas. Referiu a reabilitação da Ponte de Campelos e execução de Passagem pedonal, obra já pensada em mandatos anteriores, apontando, contudo, a existência de caixas de saneamento com tampas abertas próximo daquele local, sinais evidentes de que o tratamento de águas residuais não tem tido a eficácia pretendida. -----

**3 – Vereadora Adelina Paula Pinto** – Saudou todos os presentes especialmente os professores e alunos do 8.º ano da Escola EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso. De seguida, fez um balanço das atividades levadas a cabo pela Câmara Municipal em parceria com outras entidades, em matéria de educação, bem como da envolvência das escolas do concelho. Assim, começou por referir a Feira Oferta Formativa, realizada nos passados dias 13 e 14 março em parceria com a Universidade do Minho, em que a autarquia assegurou o transporte a 1612 alunos provenientes do 9º e 12º anos dos diferentes estabelecimentos de ensino. Continuou, mencionando a Exposição Ciência Viva – “Era uma vez...ciência para quem gosta de histórias” em que de um total de 12005 alunos em visita à exposição, 7163 tiveram o transporte assegurado pelo município, provenientes de todos os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo, incluindo-se neste valor o transporte de alunos de alguns estabelecimentos





do 2º ciclo. Referiu, igualmente, a Festa do Ambiente – PEGADAS - destinada a todos os alunos do 4º ano de escolaridade das escolas do concelho, cujo transporte foi organizado pela Câmara Municipal, e contou com a participação de todas as escolas com exceção do Agrupamento de Escolas de S. Torcato, num total de 970 alunos transportados. De seguida, indicou, também, o Projeto (Re)Conhecer Guimarães relacionado com visitas aos equipamentos do concelho (Etar, Museu Alberto Sampaio, Horta Pedagógica), sendo que a prática de requisição do transporte para esse efeito se encontra já perfeitamente sedimentada no seio das escolas. Informou haver uma média de 30 pedidos por escola desde janeiro até ao momento, aos quais não tem sido possível dar resposta, quer devido à ocupação do autocarro com a atividade Ciência Viva, quer por motivos de indisponibilidade para as datas requeridas, por sobreposição de pedidos. Disse, ainda, que no âmbito do Projeto Cultural – Museu Alberto Sampaio e Paços dos Duques, foram efetuadas, no decorrer do ano letivo transato, visitas a estes equipamentos, de alunos de vários agrupamentos de escolas do concelho, totalizando 2104 alunos em visita às atividades organizadas pelas duas estruturas. No que respeita ao Projeto Escrita Criativa referiu que envolveu a formação de docentes, num total de 47, do 1º ciclo de escolaridade de 10 Agrupamentos de Escolas, um projeto de formação que deu resultados muito positivos, no próprio trabalho com os alunos. Continuou, referindo o Projeto do Lenço, um projeto desenvolvido pela Biblioteca Municipal Raul Brandão em articulação com as Bibliotecas Escolares e a Fundação Vox Populis que contou com a participação dos Agrupamentos de Escolas do concelho e que revelaram trabalhos fantásticos, quer ao nível dos trabalhos manuais e artísticos,

quer em atividades performativas sobre a temática. A exposição de trabalhos efetuados pelos alunos está patente na Biblioteca Municipal Raul Brandão e revela bem o sucesso desta iniciativa. No âmbito do Projeto Empreendedorismo 2015, um projeto desenvolvido no âmbito da CIM, fez alusão à Feira Empreendedorismo Júnior tendo sido atribuído o 1º lugar ao Agrupamento de Escolas João de Meira e menção Honrosa para o mesmo Agrupamento, a Expo Empresas Júnior, em que o Agrupamento de Escolas João de Meira conquistou o 3º lugar e Escolas Empreendedoras IN.AVE, com o 1º lugar para a Escola Profissional Cenatex, pelo segundo ano consecutivo. Por último, referiu o Orçamento Participativo Escolas 2015 com a afetação de €100.000 da verba para distribuição equitativa pelos 14 Agrupamentos de Escolas e duas Escolas Secundárias (€6.250, IVA incluído por AE/Secundária), tendo como objetivo desenvolver competências de intervenção cívica e desenvolvimento de projetos de cidadania nas áreas do ambiente, sustentabilidade e voluntariado. Referiu ter sido observado um grande acolhimento das escolas, que resultou na apresentação de múltiplas propostas, votadas em cada escola pelos alunos no dia 5 de junho, e cujos projetos vencedores serão executados pela autarquia. -----

**4 – Vereador Amadeu Portilha** – Cumprimentou o Presidente da Câmara e restantes Vereadores, bem como todos os presentes. Disse ter ser cumprido, com sucesso, na passada sexta-feira, a 1.ª fase do projeto da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, na base e nos termos do documento estratégico aprovado por unanimidade por esta Câmara Municipal. Referiu que a primeira fase dos trabalhos foi levada a cabo pelas unidades operacionais que, nos últimos meses,



trabalhou árdua e intensamente, definindo um plano de ação para os próximos dois anos, de forma a combater e corrigir algumas assimetrias e fragilidades. Destacou e felicitou a circunstância de ter havido uma Reunião do Conselho Consultivo com a presença de quase 60 pessoas que, no Laboratório da Paisagem, partilharam as suas opiniões sobre este processo. Destacou, também a circunstância de se terem reunido em Guimarães um conjunto de personalidades de reconhecido mérito intelectual, académico e científico, nacional e internacional na apresentação da candidatura a Capital Verde Europeia, tais como o Prof. Mohan Munasinghe, o Arq.º Will Wynn, o Prof. Mauro Agnoletti e a Profª Jane Carruthers. Terminou, informando que todo este processo está a ser acompanhado por alguns elementos multimédia e de informação (revista, website), estando a ser ultimado o Plano de Ação que brevemente será disponibilizado aos Senhores Vereadores. -----

**5 – Vereadora Paula Oliveira** – Saudou todos os presentes e agradeceu os votos de felicidades que lhe foram endereçados, dizendo ter ficado muito sensibilizada. -----

**6 – Presidente da Câmara – a)** - Disse não haver um regime de excecionalidade à Vila de Ponte, estando a ser trabalhado um conjunto de obras e intervenções que se têm arrastado no tempo, referindo também não haver discriminação da Vila de Ponte relativamente a outras freguesias do concelho. Disse, contudo, haver um conjunto de estrangulamentos ao desenvolvimento de uma das maiores comunidades do concelho de Guimarães e que urge resolver; **b)** – Referiu que a contaminação do rio Ave tem que deixar de existir, solicitando uma atenção pedagógica às entidades públicas e a toda a comunidade que tem que se empenhar neste desiderato; **c)** –

Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que o que move este executivo camarário é a resolução de problemas prementes para a população, em harmonia com as Juntas de Freguesia, a comunidade escolar e os concidadãos; **d)** – Sobre a questão da candidatura a Capital verde Europeia desejou que todos se envolvam neste projeto; **e)** – Sobre a intervenção da Vereadora Adelina Paula Pinto disse ser importante dar a conhecer aquilo que vai sendo feito nas áreas da educação e da formação cívica dos alunos e da comunidade; **f)** – Desejou muitas felicidades à Vereadora Paula Oliveira e um bom desempenho no seu trabalho. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

**1.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 27 de maio de 2015, que adjudicou definitivamente os veículos colocados em hasta pública no dia 20 do mesmo mês, às empresas SBL – Comércio de Componentes Auto, Lda. e MJD – Metais Jaime Dias, S.A., pelo preço de €2.150,00 e €171,00, respetivamente, acrescidos de IVA, nos termos da informação e da ata do ato público que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. -----

**2.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de maio de 2015, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada de “Reabilitação da Ponte de Campelos e execução de Passagem Pedonal”, adjudicada a “Alexandre Barbosa Borges, SA”, nos valores, respetivamente, de €268.357,96 + IVA e de €32.357,13 + IVA. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE**



**2015.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - PARA APROVAÇÃO DO EXECUTIVO CAMARÁRIO E POSTERIOR APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação:

“A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do procedimento para execução da obra em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €1.700.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.03 do Plano Plurianual de Investimentos. Prevê-se despender neste ano de 2015 a verba de €200.000,00 e, em 2016, o montante de €1.500.000,00. No Plano Plurianual de Investimentos para 2016, embora na rubrica 3.3.1.1.03 conste a execução da obra, a referida rubrica não tem verba inscrita. Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante acima referido, repartida da seguinte forma: - ano de 2015 - €200.000,00; - ano de 2016 - €1.500.000,00. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DA VIA INTERMUNICIPAL - VIM (5.950KM-11.650KM) - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - PARA APROVAÇÃO DO EXECUTIVO CAMARÁRIO E POSTERIOR APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação:

“No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2015 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €200.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.73. Esta rubrica foi reforçada através de uma revisão orçamental que ocorreu no passado mês de março, tendo agora inscrita uma verba no valor de €2.793.604,00. Por outro lado, não existe qualquer verba inscrita nesta rubrica para o ano de 2016. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “**M. Couto Alves, SA**” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 05/06/2015, pelo preço de €**2.360.941,43+IVA**, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2015 – €1.889.225,33 + IVA = €2.002.578,85; Ano de 2016 – €471.716,10 + IVA = €500.019,07. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---**

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DA VIA INTERMUNICIPAL - VIM (5.950KM-11.650KM) - ADJUDICAÇÃO** - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “M. Couto Alves, SA”, pelo preço de €2.360.941,43 + IVA, sendo o prazo de execução de 150 dias, nos termos do previsto no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**REGULAMENTOS - ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E AO REGULAMENTO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS** – Presente



uma proposta de alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e ma votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Aquilo que se pretende neste ponto da Ordem de Trabalhos é a aprovação da alteração de dois documentos: Tabela de Taxa e Outras Receitas Municipais; Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais. Tal alteração agora pretendida tem a ver com a intenção da adoção de novas medidas propostas pela empresa municipal VITRUS, entidade responsável pela gestão, exploração, e manutenção dos parques de estacionamento municipais, medidas essas que têm em vista sobretudo o seguinte: a) Incentivar e habituar os cidadãos a utilizarem o estacionamento que mais se adegue às suas necessidades; b) Fazer sentir as vantagens em utilizar os parques de estacionamento; c) Retirar os veículos que ocupam os espaços públicos de forma incorreta e prejudicam o normal funcionamento do trânsito; d) Ao fim-e-a-cabo, incutir, nos utilizadores do estacionamento à superfície, nomeadamente nos

de média e longa duração o hábito da utilização dos parques de estacionamento. Trata-se portanto da concretização de objetivos que nos merecem total acordo. De resto, sendo a Capital Verde Europeia um objetivo assumido pelo nosso município, a questão do estacionamento automóvel não poderá, de modo nenhum, ignorar tal questão. Portanto Sr. Presidente e senhoras e senhores vereadores, no respeitante aos objetivos em vista estamos todos de acordo. De resto, vem já de longa data a posição assumida sobre esta matéria, seja pelo PSD, seja pelo CDS. Assim, já em Março de 2008 em reunião da Assembleia Municipal, e a propósito do encerramento do parque de estacionamento do Estádio, referiu o PSD que se deveria ter adotado medidas ativas de estímulo à utilização dos parques de estacionamento, como a redução dos preços, a criação de novos acessos pedonais, a negociação de lugares permanentes para moradores, comerciantes e funcionários dos comércios e dos serviços da zona, o aluguer noturno, e até a redução das tarifas para valores mais baixos do que os parcómetros. Portanto, medidas e objetivos em tudo semelhantes ou muito próximos daqueles que agora são propostos. Concretamente e de forma resumida poder-se-á dizer que o que se propõe a agora é o seguinte: 1) Uniformização do tarifário para todos os parques de estacionamento, isto é, passará a vigorar apenas uma tabela para todos os parques de estacionamento, coisa que até agora não acontecia; 2) Redução significativa das tarifas, da ordem dos 40 a 50%, nomeadamente no que se refere ao parque da Mumadona; 3) É criado um novo escalão correspondente à 1ª. fração de 15 minutos que custará 20 ctms; 4) Que a partir dessa primeira fração, todas as seguintes de 15 minutos passarão a custar apenas 10 ctms, muito inferiores aos actuais 25 ctms da





Mumadona e iguais aos atuais do Estádio e do Mercado; 5) Que as assinaturas mensais do período diurno passarão a custar 25€, valor muito abaixo dos atuais 36 € praticados nos parques da Mumadona e no do Mercado e ligeiramente superior aos 20 € do Estádio; 6) Que a assinatura mensal do período noturno passará a ser de 15 € muito inferior aos atuais 31 € do parque da Mumadona e dos 20 € dos parques do Estádio e do Mercado; 7) Que a assinatura mensal para as 24 horas passará a ser de 30 € valor muito inferior aos atuais 50 € do parque da Mumadona ou dos 40 € do parque do Mercado; 8) Que passará a haver e muito bem, uma atenção especial para os residentes ou profissionais que passarão a dispor de assinaturas mensais diurnas de 16 €, noturnas de 10 € ou de 20€ para as 24 horas. Tudo portanto, medidas que merecem o nosso total acordo. Recorrendo agora a uma linguagem popular, já que estamos nos dias dos santos populares, faltará apenas colocar a cereja no topo do bolo para chegarmos à solução otimizada para esta questão que aflige não só os munícipes como sobretudo o Município, que tem ativos de quase 10 milhões de euros e necessita de os rentabilizar social, económica e ambientalmente. Para essa otimização senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, faltará a nosso ver permitir que os cartões referentes às assinaturas mensais possam ser utilizados em todos os parques de estacionamento do município. Constituirá, estou certo, como que um grande estímulo para chamar aos parques muito dos atuais utilizadores dos espaços públicos de estacionamento. E permitam-me lembrar dois aspetos que me parecem importantes ter em conta. Em primeiro lugar se eu, por exemplo, tirar um cartão mensal para o parque do Vila Flôr, se o automóvel estiver no Vila Flôr não poderá estar ao mesmo tempo em qualquer outro parque,

isto é não prejudica a lotação global dos parques. Depois, para referir, que se porventura o sucesso de tal medida ultrapassasse todas as expectativas e o Município entendesse que os objetivos estavam alcançados estaria sempre a tempo de corrigir. Finalmente, para terminar, dizer o seguinte: 1) Que o estudo do impacte económico apresentado como suporte à proposta não esclarece a que se referem os 159 lugares não pagos e que se supõe que passariam a constituir 159 assinaturas mensais de 16€ que permitiriam obter 30.528,00 € para atenuar os 33.101 € resultantes das baixas das tarifas; 2) Que teria constituído uma boa ajuda para nós, vereadores que não temos assessores, que este processo viesse um pouco mais apoiado, nomeadamente com as anteriores tabelas praticadas para permitir uma análise mais consciente; 3) Que contivesse informação sobre as taxas de ocupação verificadas. Pelas razões expostas os vereadores da coligação PSD/CDS irão votar favoravelmente.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA - PROVIDÊNCIA CAUTELAR - PROC. N.º 1952/15.1BEBRG DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de junho de 2015, que emitiu a Resolução Fundamentada no âmbito da Providência Cautelar - Proc. N.º 1952/15. BEBRG do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga - Contrato de Prestação de Serviços para a "Reabilitação do Edifício Jordão e Garagem Avenida para Escola de Música, Artes Performativas e Visuais", que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram



contra os Vereadores André Coelho Lima, Helena Soeiro e José Torcato Ribeiro. -----

**O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO AO CLUBE DE PETANCA DAS TAIPAS** – Presente a seguinte informação: “O Clube de Petanca das Taipas, com sede na rua da Taipa, nº 279, 3º J, da freguesia de Caldelas, deste concelho, solicita através de requerimento datado de 10 de maio último, a cedência de mobiliário, designadamente uma mesa, cadeiras, armários e um expositor para apetrechamento das novas instalações da sua assembleia. Existem em armazém vários bens que poderão ser disponibilizados por já não se adequarem às necessidades dos serviços da Câmara Municipal. Desta forma, submete-se à apreciação superior a decisão quanto à doação àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, ao qual foi atribuído o valor total de €270,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1 mesa de estrutura metálica com tampo em fórmica	€ 40,00	€ 40,00
1 expositor em corticite com suporte metálico	€ 70,00	€ 70,00
2 armários fechados em madeira	€ 35,00	€ 70,00
6 cadeiras rodadas revestidas a napa preta	€ 15,00	€ 90,00
<b>Total</b>		<b>€ 270,00</b>

Em caso de concordância, deverá o assunto ser submetido à aprovação da Câmara, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE FOTOCOPIADOR À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS** –

Presente a seguinte informação: “A União de Freguesias de Abação e Gémeos, através de requerimento, datado de 18 de maio último, vem solicitar a cedência do fotocopador, que se encontra inutilizado na escola do 1º ciclo do ensino básico Agostinho da Silva, da extinta freguesia de Abação. De acordo com informação da Divisão de Educação não há inconveniente na cedência do fotocopador NASHUATEC 1805, nº série H6727101173 uma vez que o referido estabelecimento de ensino dispõe de um novo fotocopador e o anterior equipamento poderá constituir uma mais-valia para a freguesia. Desta forma submete-se à apreciação superior a decisão quanto à doação à União das Freguesias de Abação e Gémeos do supra identificado equipamento, ao qual foi atribuído o valor de €200,00, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, conforme disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO AO AGRUPAMENTO N.º 307 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - PONTE** –

Presente a seguinte informação: “O Agrupamento Nº 307 do Corpo Nacional de Escutas sediado na freguesia de Ponte vem solicitar a cedência de bens móveis, provenientes de escolas encerradas, nomeadamente cadeiras, mesas armários e computadores no sentido de dotar a sua sede com melhores equipamentos. De acordo com informação da Divisão de Educação, considerando que os equipamentos se destinam ao apetrechamento da sede daquela coletividade para apoio ao desenvolvimento da sua atividade social e uma que a autarquia



dispõe de material em razoável estado de conservação, recolhido das escolas do 1º ciclo encerradas, que já não respondem às necessidades dos estabelecimentos de ensino, existe assim a disponibilidade de cedência de 5 mesas quadradas baixas, 8 mesas duplas ref.27.03 (baixas) e 36 cadeiras de aluno ref.01.03 (baixas). Por sua vez, a Divisão de Sistemas de Informação informa da possibilidade de cedência de um computador e respetivos periféricos (Monitor, rato e teclado), reconstruído na sua oficina com o aproveitamento de componentes provenientes de vários equipamentos obsoletos, mas que não possui as características mínimas necessárias à sua utilização na sede do município, com o valor atribuído de €150,00. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, tendo sido atribuído aos equipamentos o valor total de **€514,00**. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5 Mesas quadradas baixas	€ 20,00	€ 100,00
8 Mesas duplas (baixas) ref.27.03	€ 15,00	€ 120,00
36 Cadeiras de aluno (baixas) ref.01.03	€ 4,00	€ 144,00
Computador (PC monitor, rato e teclado)	€ 150,00	€ 150,00
<b>Total</b>		<b>€ 514,00</b>

**DELIERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA A OFICINA – COBERTURA DE PREJUÍZOS** – Presente a seguinte proposta:

“Considerando: - Que o Relatório de Atividades e Contas da Cooperativa A Oficina aprovado no passado dia 30 de março apresenta um Resultado Líquido de Exercício Negativo de

€1.651.453,96; - Que, por transferência do Resultado Líquido do Exercício para a Conta de Resultados Transitados, o montante de €297.121,08 de Resultados Transitados cobriu, parcialmente, o Resultado Líquido negativo; - Que, conforme estipula o nº 1 do Artº 69º do Código Cooperativo, o montante de €94.675,11 escriturado na conta Reservas Legais deverá ser transferido para a cobertura das perdas do exercício; - Que, conforme estipula o nº 4 do Artº 69º do mesmo Código Cooperativo, o valor restante do Resultado Líquido de Exercício Negativo, no montante de €1.259.675,77, poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser exigido aos Cooperadores, proporcionalmente às operações realizadas por cada um deles, sendo a reserva legal reconstituída até ao limite anterior em que se encontrava; - Que tal deliberação foi presente à referida Assembleia Geral e aprovada por unanimidade; - Que o Município de Guimarães é Cooperador único nas operações realizadas com esta Cooperativa; - Que, se nada se fizer, a Cooperativa em apreço fica abrangida pela situação prevista no Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o saldo do Capital Próprio apresenta o valor negativo de €739.716,63, inferior a metade do capital social; - Que a cobertura de Resultados Negativos e a reconstituição da Reserva Legal até ao nível anterior em que se encontrava, conforme previsto na alínea c) do nº1 do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais e no nº 4 do Artº 69º do Código Cooperativo, permitem afastar aquele risco; - Que, a instâncias do Cooperador Maioritário Município de Guimarães a Cooperativa A Oficina solicitou parecer jurídico (em anexo) que sustenta a solução referida. PROPONHO a transferência para a Cooperativa A Oficina do montante global de €1.354.332,88, destinado a cobrir o resultado líquido negativo de €1.259.675,77



e a reconstituir as respetivas Reservas Legais (€94.657,11).” O referido parecer jurídico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. ----- Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto pela voz do Vereador André Coelho Lima:** “O nosso voto é de natureza exclusivamente política e não jurídica. Não nos opomos à assunção do resultado líquido negativo (na medida em que se trata de atividade não necessariamente lucrativa), mas já nos opomos claramente a que seja a Assembleia-Geral da Cooperativa a deliberar – previamente – que seja o Município a assumir este prejuízo (como resulta claro do teor da proposta que nos é dada para análise), na medida em que essa não é uma competência da Cooperativa nem esta pode deliberar ou sequer discutir qual dos seus cooperantes deverá realizar a injeção de capital de que carece. Até porque isso subverte completamente o princípio cooperativo de partilha, pelos seus cooperantes, dos investimentos a realizar pela cooperativa. Aliás, reiteramos uma vez mais que se a entidade em causa fosse uma empresa municipal não seria preciso qualquer parecer jurídico como aquele que se junta a esta proposta. Pois que a assunção dos prejuízos de exploração seria naturalmente assumida pelo Município. Relativamente a esta Cooperativa em concreto, existe uma censura adicional que não pode deixar de ser feita. A partir do momento em que é público que a Cooperativa A Oficina paga

a um seu funcionário que não trabalha para si mas para outra entidade – neste caso para a CIM do Ave – não podemos responsabilmente pronunciar-nos sobre se estes prejuízos são devidos – apenas – à atividade a que se deveria dedicar a Cooperativa A Oficina, ou seja, à atividade cultural. Ou dito doutra forma, não conseguimos assegurar que todo este prejuízo deve ser politicamente admitido porque decorrente da sua função estrita, porque parece ser clara esta demonstração de um custo assumido por esta cooperativa que nada tem que ver com o seu escopo ou atividade. Por estas razões votamos **contra** a proposta.” -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto pela voz do Vereador Amadeu Portilha**: “O Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista votam a favor da presente proposta tendo em conta o conjunto de argumentos que constam, devidamente explicitados, na mesma proposta.” -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA TEMPO LIVRE – COBERTURA DE PREJUÍZOS** – Presente a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Relatório de Atividades e Contas da Cooperativa Tempo Livre aprovado no passado dia 30 de março apresenta um Resultado Líquido de Exercício Negativo de €691.417,75; - Que, conforme estipula o nº 1 do Artº 69º do Código Cooperativo, o montante de €16.002,55 escriturado na conta Reservas Legais deverá ser transferido para a cobertura das perdas do exercício; - Que, conforme estipula o nº 4 do Artº 69º do mesmo Código Cooperativo, o valor restante do Resultado Líquido de Exercício Negativo, no montante de €675.415,20, poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser





exigido aos Cooperadores, proporcionalmente às operações realizadas por cada um deles, sendo a reserva legal reconstituída até ao limite anterior em que se encontrava; - Que tal deliberação foi presente à referida Assembleia Geral e aprovada por unanimidade; - Que o Município de Guimarães é Cooperador único nas operações realizadas com esta Cooperativa; - Que, se nada se fizer, a Cooperativa em apreço fica abrangida pela situação prevista no Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o saldo do Capital Próprio apresenta o valor negativo de €627.159,02, inferior a metade do capital social; - Que a cobertura de Resultados Negativos e a reconstituição da Reserva Legal até ao nível anterior em que se encontrava, conforme previsto na alínea c) do nº1 do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais e no nº 4 do Artº 69º do Código Cooperativo, permitem afastar aquele risco; - Que, a instâncias do Cooperador Maioritário Município de Guimarães a Cooperativa Tempo Livre solicitou parecer jurídico (em anexo) que sustenta a solução referida. PROPONHO a transferência para a Cooperativa Tempo Livre do montante global de €691.417,75, destinado a cobrir o resultado líquido negativo de €675.415,20 e a reconstituir as respetivas Reservas Legais (€16.002,55).” O referido parecer jurídico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. ----- Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de**

**voto pela voz do Vereador André Coelho Lima:** "O nosso voto é de natureza exclusivamente política e não jurídica. Não nos opomos à assunção do resultado líquido negativo (na medida em que se trata de atividade não necessariamente lucrativa), mas já nos opomos claramente a que seja a Assembleia-Geral da Cooperativa a deliberar – previamente – que seja o Município a assumir este prejuízo (como resulta claro do teor da proposta que nos é dada para análise), na medida em que essa não é uma competência da Cooperativa nem esta pode deliberar ou sequer discutir qual dos seus cooperantes deverá realizar a injeção de capital de que carece. Até porque isso subverte completamente o princípio cooperativo de partilha, pelos seus cooperantes, dos investimentos a realizar pela cooperativa. Aliás, reiteramos uma vez mais que se a entidade em causa fosse uma empresa municipal não seria preciso qualquer parecer jurídico como aquele que se junta a esta proposta. Pois que a assunção dos prejuízos de exploração seria naturalmente assumida pelo Município. Relativamente a esta Cooperativa em concreto, existe uma razão adicional que resulta da circunstância de nos merecer as maiores reservas que esta proposta seja apresentada por um cooperante particular da régie-cooperativa. Sem pretendermos refletir demasiadamente sobre a legalidade deste ato – que é no mínimo duvidosa – parece-nos eticamente reprovável que um cooperante possa apresentar uma proposta de assunção, pelo Município de Guimarães, dos prejuízos desta cooperativa, pelo que a censuramos também com o nosso voto **contra**." -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto pela voz do Vereador Amadeu Portilha:** "O Presidente da Câmara e os



Vereadores do Partido Socialista votam a favor da presente proposta tendo em conta o conjunto de argumentos que constam, devidamente explicitados, na mesma proposta. Importa ainda que fique registado que nenhum membro do Partido Socialista no Executivo Municipal é Cooperante da Cooperativa Tempo Livre". -----

**AMBIENTE – ASSOCIAÇÃO VIMARANENSE SUPER CÃES -  
"CÃOMINHADA" SOLIDÁRIA** – Presente a seguinte proposta:

"A Associação Vimaranense Super Cães é uma associação conceituada ao nível nacional, com um palmarés reconhecido nos mais diversos concursos caninos com o título de equipa campeã nacional de obediência 2012/13, sendo considerada a melhor escola de obediência básica 2014. A Associação tem como principais objetivos o treino de cães nas áreas da busca e salvamento, obediência, guarda e proteção desportiva, bem como envolver-se em todas as atividades de intervenção humanitária, assim como o bem-estar do cão e a sua perfeita integração na sociedade humana. A Associação proporciona aos seus sócios um sã convivência e uma salutar troca de experiências e tem vindo a especializar-se em diversas atividades, como educação para cães, demonstrações caninas, cãominhadas e terapias assistidas por animais, apresentando excelentes resultados com crianças e pessoas com deficiência. Desta forma, AVSC vem realizar no próximo dia 14 de Junho de 2015, entre as 09h30 e as 12h30, uma "cãominhada" solidária, aliando-se à Sociedade Protetora dos Animais de Guimarães (SPA GMR), em que o valor da inscrição dos participantes reverte para a atividade social da SPA. Esta iniciativa, tem ainda o objetivo de sensibilizar os proprietários dos cães para as regras e os deveres associados, nomeadamente quando passeiam no espaço

público. Para este efeito, a AVSC vai disponibilizar um kit, com uma t-shirt, garrafa de água, um ossinho, sacos de dejetos, um panfleto de esclarecimento sobre os deveres do proprietário e um chekp-up veterinário. Assim, a fim de corresponder ao pedido solicitado ao município e de acordo com a os objetivos definidos pela campanha de sensibilização, na defesa dos direitos dos animais e na garantia da salubridade do espaço público, propõe-se que, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja submetida à aprovação da Câmara Municipal uma proposta para atribuição de um subsídio à Associação Vimaranesse Super Cães, no montante de €140,00, para participar nos custos com a realização desta atividade, correspondendo ao apoio de 0,70€ para 200 kits, para os sacos de dejetos e o panfleto.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE - CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - LABORATÓRIO DA PAISAGEM DE GUIMARÃES - APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS** – Presente a seguinte proposta: “Considerando que: Desde 2013, Guimarães tem vindo assumir, como uma das prioridades, a promoção de políticas para o ambiente e do desenvolvimento sustentável, apostando numa forte campanha de sensibilização e consciencialização ambiental, em projetos eco-inovadores e de crescimento verde, a fim de introduzir conceitos essenciais para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes e assim afirmar-se como uma cidade inteligente e um concelho líder e paradigmático ao nível nacional e internacional. Este percurso tem sido feito de forma sustentada e assente em pilares fundamentais, como a ecologia, a sustentabilidade, a



inclusão e a resiliência em meio urbano, com a certeza que as políticas e os projetos que estão a ser implementados, afirmarão Guimarães num contexto internacional, como um dos mais eficientes contribuintes para a Agenda 2020 (Portugal 2020, Europa 2020 e Compromisso para o Crescimento Verde). Esta aposta, faz-se em verdadeira harmonia com o sector da economia, da educação, do desporto, da saúde, da cultura e do património, em que todos, no seu mais alto nível atingido nos últimos anos, contribuirão para este propósito e objetivo, que é coletivo e mundial – Proteção do Ambiente. Neste breve percurso ainda efetuado, Guimarães lançou o seu primeiro programa de educação ambiental para toda a comunidade educativa, o PEGADAS, elaborou um Plano de Ação de Combate à Poluição do Rio Ave, no qual chamou à responsabilidade todos os *stakeholders*, integrou o Pacto de Autarcas, com aprovação distinta do seu Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), o consórcio ClimaAdaPt para realização da sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), o Instituto de Cidades e Vilas de Excelência para elevar e prestigiar o seu Plano Municipal para a Mobilidade Sustentável, bem como a Associação dos Corredores Verdes para a promoção e valorização dos espaços verdes urbanos e manchas florestais ao nível ecológico e patrimonial. O maior desafio, no qual é chamada toda a comunidade, é a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia 2020, para a qual todos são chamados a contribuir com os seus hábitos e comportamentos e que apesar da difícil meta, as medidas, as decisões e os projetos *per si* são mais que compensatórios, por tudo o que de positivo introduzem no território e na qualidade de vida dos cidadãos. Não é despiciendo afirmar que o edifício Laboratório da Paisagem terá

sido o projeto âncora de todo este processo e o despoletar de um conjunto de ideias e políticas de promoção do ambiente e desenvolvimento sustentável. Um projeto que desde a sua essência tem na base uma missão e uma visão que estão na construção dos conceitos e das linhas orientadoras para um eficiente metabolismo de Guimarães, para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, assim como a proteção dos recursos naturais. Ao longo deste último ano, o Laboratório da Paisagem tem sido um espaço que se tem procurado dinamizar, mas que dada a sua funcionalidade, tem um elevado potencial que pode ser aproveitado em conjunto com a Universidade do Minho e com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Foi com este propósito que o Município de Guimarães instalou naquele edifício a Estrutura de Missão da Candidatura à Capital Verde Europeia 2020 e nele desenvolve toda a sua atividade técnica e científica, para a definição de ações e projetos a implementar no território nos próximos anos. Dada a necessidade de desenvolver uma ação de sensibilização, consciencialização, informação, formação e de produção de conhecimento dirigida à comunidade em geral ou a públicos-alvo mais específicos, que o Município crie, em conjunto com outros parceiros, nomeadamente com a Universidade do Minho (UM) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), uma associação para a promoção do desenvolvimento sustentável, a qual colabore de forma estreita com a estrutura de missão da candidatura da Capital Verde Europeia 2020 e que contribua de forma direta e indireta para os princípios e objetivos para qual o edifício Laboratório da Paisagem foi criado. A criação de uma Associação para a promoção do desenvolvimento sustentável reveste-se da maior importância estratégica para o município,



não só pela produção de conhecimento que irá gerar, como também pelas parcerias que irá formar e pelos projetos que se pretendem desenvolver e candidatar aos diversos programas comunitários, nomeadamente do âmbito da I&D+i e de cooperação. Esta associação será efetivamente um contributo para atingir as metas locais, nacionais e internacionais que nos propomos nos mais diversos compromissos, nomeadamente no Compromisso para o Crescimento Verde, no qual se pretende incrementar as exportações “verdes”, criar postos de trabalho “verdes”, privilegiar a reabilitação urbana, aumentar a eficiência energética, aumentar a eficiência hídrica, reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, melhorar a qualidade do ar ou valorizar a biodiversidade. O Município de Guimarães, enquanto autarquia local, dispõe de atribuições nos domínios da ciência e do ambiente, conforme preveem as alíneas e) e k) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para prosseguir estas atribuições a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, dispõe das competências previstas na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal, competências que lhe permitem apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e outras de interesse para o município. Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, uma proposta de constituição de uma associação sem fins lucrativos, para promover o conhecimento e a inovação, a investigação e a divulgação científica, como contributos para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável, visando um elevado nível de consciencialização ambiental, um eficiente metabolismo das cidades, o bem-estar e

a qualidade de vida dos cidadãos, assim como a proteção dos recursos naturais em Guimarães, em parceria com a Universidade do Minho e de Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), conforme estatutos que se juntam em anexo (doc. 1), o estudo de viabilidade e sustentabilidade económico-financeiro, conforme previsto no art.º 32.º, por remissão do n.º 2 do art.º 53.º, da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doc. 2) e a minuta do contrato de comodato a celebrar com a associação para a instalação da respetiva sede (doc. 3).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto pela voz do Vereador André Coelho Lima**: “A fórmula associativa parece-nos adequada ao fim pretendido na medida em que permite um enquadramento formal à participação da Universidade do Minho e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, na medida em que se permite que possa ser esta a estrutura formal para a Capital Verde Europeia (contudo de tiver apenas esta aplicação deverá ter fim previsto) e sobretudo na medida em que permite ser a estrutura de gestão orgânica e científica do Laboratório da Paisagem. Consideramos contudo que a figura “associação” não pode servir como veículo para evitar a fiscalização política que é devida aos organismos – como é o caso deste – onde o Município tenha uma posição relevante ou maioritária. Assim, ainda que manifestando acordo ao modelo proposto, sujeitamos a sua aprovação ao compromisso de introdução, nos seus estatutos, da obrigatoriedade de a





associação responder ao Presidente da Câmara ou ao Presidente da Assembleia Municipal mediante solicitação de qualquer Vereador ou Membro da Assembleia Municipal. Em nossa opinião fica deste modo assegurado que o que se pretende com estas estruturas não é a opacidade política, mas que estamos dispostos a demonstrar que os objetivos da constituição desta entidade são benignos e, sobretudo, que não temos medo da transparência. Na sequência do debate ocorrido relativamente a este ponto foi manifestado, pelo Presidente da Câmara, aceitar esta sugestão *“se for legalmente possível introduzir nos estatutos a possibilidade do Sr. Presidente de Câmara solicitar à associação resposta aos requerimentos efetuados por vereadores ou deputados municipais”*. Assim, em face do compromisso assumido pelo Presidente de Câmara e que citamos com o maior rigor possível, os vereadores PSD-CDS votam **favoravelmente** este ponto.” -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL ESTABELECIDO PELO DL**

**165/2014** – Presente uma proposta para emissão de certidão de interesse público para as empresas Mapa STYLE – Confeções Lda, com sede na freguesia de Ronfe, e Marinho Macedo II – Confeções Lda, com sede na freguesia de Gominhães, nos termos dos pressupostos definidos no âmbito da fundamentação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de

Castro e Maria Helena Soeiro. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO**

**CONTRATO A CELEBRAR** – Presente a seguinte informação: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a



conceder. A empresa **SOLINHAS ACABAMENTOS DE FIOS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **66%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **AGÊNCIA DE VIAGENS E TRANSPORTES VALE DO AVE, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **56%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **SOLINHAS ACABAMENTOS DE FIOS, LDA; AGÊNCIA DE VIAGENS E TRANSPORTES VALE DO AVE, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem

como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO - APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO** – Presente a seguinte proposta:

“Considerando que a temática da Educação Especial, mormente no que reporta à questão da inclusão dos alunos no paradigma da escola dos dias de hoje, se reveste de suma importância, atendendo à premente necessidade de prover um conjunto de respostas adequada e ajustadas às necessidades evidenciadas por estes alunos, importa refletir sobre um conjunto de questões que lhe estão inerentes visando a procura das melhores soluções. Neste âmbito, o Departamento de Educação Especial da Escola Martins Sarmiento, em conjunto com o Centro de Formação Martins Sarmiento, promovem na manhã do dia 6 de junho um seminário versando o tema: “Promover a Equidade e a Inclusão na Escola de Hoje, no âmbito da Educação Especial”, que conta com a presença de figuras de referência para a abordagem a esta questão. Sendo que a realização destas atividades comporta custos acrescidos, face aos quais o departamento teve que fazer face, não dispondo de verba para a totalidade das mesmas, foi solicitado o apoio da Câmara Municipal na cedência de espaço para a realização deste evento. Contudo, e após pedido acrescido, foi necessário apoiar igualmente na disponibilização de um técnico de apoio à atividade, o que comporta o assegurar do trabalho extraordinário do mesmo, pelo que se coloca à consideração o pagamento dos valores associados à execução previsível de 5 horas de trabalho.”



**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA - ENCARGOS FINANCEIROS INERENTES AO PAGAMENTO DOS DIREITOS DOS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS PELAS JUNTAS DE FREGUESIA E/OU ASSOCIAÇÕES DE PAIS** – Presente uma proposta apresentada

pelos Vereadores do PSD-CDS/PP, que se anexa, para assunção, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, dos encargos financeiros inerentes ao pagamento dos direitos laborais dos funcionários contratados pelas Juntas de Freguesia e/ou Associações de Pais que não forem selecionados através do procedimento concursal para recrutamento de assistentes operacionais e que atualmente exercem funções de acompanhamento das crianças no período de almoço e no desenvolvimento de atividades de prolongamento de horário. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO REPROVAR POR**

**MAIORIA.** Votaram a favor os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - MAIO**

**DE 2015** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da

alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa." O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES - CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS ALECRIM** – Presente a

seguinte proposta: "A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães vem solicitar a cedência do Pavilhão Multiusos para a realização do encontro "Todos por uma Causa" que decorreu no dia 3 de junho, organizado pelo seu Centro de Atividades Ocupacionais Alecrim, no qual participaram cerca de 300 pessoas. Atendendo ao interesse público de que se reveste a realização desta iniciativa dirigida a pessoas com deficiência e sua família e amigos, proponho a atribuição à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, de um subsídio no montante de €2.000,00 correspondente à taxa de utilização da Nave do Multiusos de Guimarães, nos termos do artigo 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor." **DELIBERADO APROVAR**

**POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS N.º 307 DE S. JOAO DE PONTE – SUBSÍDIO PARA A REABILITAÇÃO DA SEDE DO AGRUPAMENTO** – Presente a seguinte proposta:

"Desde o ano de 1985, ano da sua edificação, que o Agrupamento 307 de Ponte do Corpo Nacional de Escutas é proprietário do seu edifício sede, localizado no Largo da Igreja, equipamento que serve de apoio às inúmeras atividades



escutistas de formação da juventude e a muitas outras realizadas pela própria freguesia. Tendo em conta o avançado estado de degradação do edifício, os seus responsáveis pretendem implementar de imediato um conjunto de intervenções que permitam reabilitar o mencionado edifício, sob pena de algumas situações se tornarem irreversíveis e obrigarem a uma intervenção mais profunda e dispendiosa, isto para além de questões de segurança e perigo para as pessoas que o frequentam. Alegando que os poucos recursos financeiros de que dispõem, não serão suficientes para fazer face à totalidade do investimento a realizar, os seus responsáveis vêm solicitar a atribuição de um subsídio que lhes permita fazer face aos encargos financeiros decorrentes da mencionada reabilitação daquele edifício. Assim, considerando tratar-se de um equipamento imprescindível para a persecução das atividades levadas a cabo pela estrutura local do Corpo Nacional de Escutas, na freguesia de Ponte, proponho a atribuição de um subsídio de €10.000,00, ao AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS N. 307 DE S. JOAO DE PONTE, para a participação na obra de reabilitação do seu edifício sede. O montante do subsídio foi calculado a partir dos orçamentos apresentados pelo Agrupamento, bem como a quantificação elaborada pelo Departamento de Obras Municipais, no valor €30.400,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**DIVERSOS - INDEMNIZAÇÃO POR SINISTRO OCORRIDO NA PISTA DE CICLOTURISMO, FREGUESIA DE MESÃO FRIO**

– Presente a seguinte informação: “No dia 27 de janeiro de

2015, o Sr. António Jorge Pereira Gonçalves sofreu uma queda de bicicleta na pista de cicloturismo, freguesia de Mesão Frio, de que resultaram danos físicos a nível da face e danos materiais. O Sr. António Jorge Pereira Gonçalves solicitou em 2015/02/02 que a autarquia assumisse a responsabilidade pelo sinistro, alegando que este se deu em virtude de os trabalhos de limpeza que estavam a ser efetuados na pista pelos funcionários municipais não estarem sinalizados, resultando na colisão com um dos trabalhadores e conseqüente queda. O Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente prestou informação sobre o ocorrido junto dos funcionários envolvidos, concluindo-se que de facto os trabalhos de limpeza da pista de cicloturismo não estavam devidamente sinalizados de forma a salvaguardar a segurança dos munícipes. O processo foi enviado à Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., onde o Município detém apólice de seguro de responsabilidade civil por danos a terceiros, tendo aquela informado que a ocorrência não se enquadra nas garantias da respetiva apólice, por se verificar que houve um não cumprimento de normas legais ou regulamentares, ou dos usos próprios da atividade bem como da não adoção das medidas de segurança aconselháveis. Atendendo a que esta situação pode implicar responsabilidade do Município, solicitou-se parecer jurídico ao distinto advogado Dr. Filipe Silva, pelo que, de acordo com o parecer emitido, encontram-se de facto reunidos os pressupostos para uma responsabilização da Câmara Municipal ao abrigo da Lei nº. 67/2007 de 31 de Dezembro. Na informação prestada pela Divisão do Património Municipal, a fls 27 do processo, acerca da tramitação que se deve dar ao assunto, foi concordado por despacho do Sr. Vereador Amadeu Portilha que deverá ser pago o valor solicitado pelo lesado. O Sr.





António Jorge Pereira Gonçalves apresentou documentos comprovativos da compra do material e vestuário danificado, bem como o comprovativo da despesa efetuada pela assistência médica, no valor de €588,36 euros. Assim, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara Municipal no sentido de ser aprovado o pagamento da indemnização do valor de €588,36 ao Sr. António Jorge Pereira Gonçalves.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos que se inscreveram para intervir no final da reunião.-----

**Domingos Marques** – Saudou os presentes e agradeceu a realização desta reunião de Câmara descentralizada. Pediu, no âmbito da candidatura a Capital Verde, que fosse oferecido à freguesia um terreno localizado na parte sul da Vila de Ponte, em Campelos, onde existem cerca de 150 carvalhos, de forma a preservar aquela zona e poder ser fruída pela população. Solicitou uma ligação dos dois Parques Industriais (Ponte e Sande Vila Nova), através de uma ponte sobre o rio Ave. Por último, identificou focos de poluição do rio Ave através de ligações diretas concretizadas quer pela VIMÁGUA quer pela ÁGUAS DO NOROESTE. -----

**Francisco Freitas, Chefe do Agrupamento N.º 307 do Corpo Nacional de Escutas** saudou e cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a atribuição do apoio hoje votado para a reabilitação do edifício sede dos escuteiros. Disse também querer comentar esta iniciativa da Câmara Municipal, lamentando só se registar agora, pois poderia ter-se evitado muitas intervenções que se fizeram e que danificaram aquilo que chamou de “pulmão

verde” da Vila. -----

**José Macedo** – Saudou os presentes e agradeceu a presença do executivo camarário. Solicitou esclarecimentos sobre a abertura de uma ligação da loja comercial AGRILOJA à rotunda do Parque Industrial. De seguida, solicitou que fosse encontrado um local de estacionamento junto do Parque de Lazer da Ínsua permitindo o estacionamento a quem visita o local, bem como a reparação de equipamentos danificados que se encontram no Parque de Lazer de S. Gemil. Alertou, também, para a questão das entidades públicas com responsabilidades no tratamento de água e saneamento. Por último, chamou a atenção para a urgência na execução de uma rotunda no acesso do Parque Industrial à EN 101. -----

**António Rodrigues** – Saudou todos os presentes, dizendo ser representante dos Ex-combatentes na Guerra do Ultramar de Ponte, estando prevista a apresentação da bandeira da entidade no próximo dia 4 de julho, solicitando a presença do Presidente da Câmara no evento. -----

**Armindo Ferreira** – Saudou todos os presentes referindo o congestionamento de trânsito na zona do Paço e a necessidade da construção de uma rotunda na EN 101, no acesso ao parque industrial, com a colocação de semáforos. -----

**Emília Lopes** – Saudou todos os presentes, lembrando uma audiência tida com o Presidente da Câmara para a reposição de carreiras entre o Largo Comendador Manuel Gonçalves e o Lugar dos Borrecos, na freguesia de Sande Vila Nova. -----

**José Ribeiro** – Saudou todos os presentes referindo que não tinha sido mencionado o Grupo Folclórico da Vila de Ponte, pedindo ao Presidente da Câmara que não se esquecesse desta entidade. -----



**Armindo Costa e Silva**, Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA – Saudou todos os presentes dizendo que devido à natureza de algumas intervenções entendeu dever intervir para esclarecer questões que foram levantadas por alguns intervenientes, uma vez que a VIMÁGUA é um parceiro estratégico da Câmara no desígnio da Capital Verde Europeia. ---

**Virgínia Encarnação** – Saudou os presentes e disse ter ficado agradada com a intervenção do representante da VIMÁGUA. Contudo, referindo uma recente inundação ocorrida na piscina de sua casa. -----

**Presidente da Câmara** – Agradeceu as intervenções e esclareceu o seguinte: **a)** - Sobre a intervenção de Domingos Marques disse que havia um conjunto de ações a fazer pelas entidades públicas na questão da preservação da natureza. Disse ser importante a fiscalização das ligações diretas e o encontro de soluções, bem como a intervenção pedagógica e ativa. Sobre os carvalhos existentes na zona sul da freguesia, disse que gostaria de preservar essa mancha verde, mas que nem sempre tal é possível, pelo que vai estudar o assunto; **b)** – Relativamente à intervenção de José Macedo sobre a abertura de uma ligação da loja comercial AGRILOJA à rotunda do Parque Industrial disse privilegiar o desenvolvimento económico e a atratividade para a instalação de empresas; **c)** – Sobre a intervenção de Armindo Ferreira disse que a Câmara Municipal está a trabalhar com a Estradas de Portugal para a regulação do trânsito na EN 101, referindo já ter feito chegar à Estradas de Portugal a proposta de sinalização semafórica, não tendo ainda obtido resposta; **d)** - Sobre o convite endereçado por António Rodrigues, disse contar estar presente; **e)** - Sobre não ter saudado o Grupo Folclórico de Ponte disse que era possível ter esquecido alguma entidade,

dizendo que conhecia o trabalho do Rancho Folclórico, que merecia toda a consideração; **f)** - Disse já ter reunido com a ARRIVA tendo ficado concluído que, pelo menos em dois horários do dia, é necessário recuperar as carreiras entre os Largo Comendador Manuel Gonçalves e a outra margem do rio, pelo que vão ser retomadas brevemente; **g)** - Sobre o trabalho da VIMÁGUA disse que há muito trabalho a fazer, visto que há zonas de contaminação por todo concelho referindo, por exemplo, a zona de Couros, a ribeira da Canhota e o rio Ave. ----

**O Presidente da Câmara comunicou que a próxima reunião descentralizada se realizará na Vila de Serzedelo. -----**

**PELAS 13:35 HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**